

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro

Assunto: Apoio técnico a autarquias locais⁽¹⁾

Relativamente ao assunto em epígrafe, solicita-se a V. Ex.^a parecer técnico ao abrigo do n.º III-2 do Anexo da Portaria n.º 314/2010, de 14 de junho e alínea f) do ponto 3.2.2 do Anexo constante do Despacho n.º 16709/2007, publicado no Diário da República, II série – n.º 146, de 31 de julho sobre questões relativas à administração local _____

_____, no âmbito da gestão territorial (matérias de uso, ocupação e transformação do solo).

Para o efeito vem instruir o processo em duplicado (formato papel e em formato digital), com as peças desenhadas em formato DWF, contendo os elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril e outros elementos relevantes para a apreciação, nomeadamente:

1. Planta de implantação à escala 1:200 ou 1:500, sobre levantamento topográfico com a georreferenciação da pretensão	
2. Informação elaborada pelos serviços técnicos da Câmara Municipal que enquadre a situação, proceda à sua análise e proponha uma solução para a questão objeto de consulta	

Tomo conhecimento das seguintes informações:

- Nos termos da Portaria n.º 314/2010, de 14 de junho⁽²⁾, o presente pedido encontra-se sujeito ao pagamento prévio de taxa, com a possibilidade do mesmo ser feito da seguinte forma:
 - Quando há emissão prévia de guia de pagamento, por:
 - Multibanco (preferencialmente);
 - Cheque à ordem de Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP) ou Vale Correio à ordem da CCDRC, enviado por correio para a sede desta CCDR;
 - Numerário ou cheque na Tesouraria da CCDRC.
 - Quando não há emissão prévia de guia de pagamento, por transferência bancária, para esta CCDR, para o IBAN PT50 078101120000000779854, com a referência do processo ou o nome completo do requerente;
- O valor das taxas encontra-se igualmente disponível no Portal da CCDRC (www.ccdrc.pt), em Ordenamento/Taxas.

..... de de

⁽¹⁾ Pedido de parecer a solicitar pelos Municípios.

⁽²⁾ Encontram-se sujeitos a pagamento de taxa, nos termos do n.º III-2 da referida portaria, os pareceres sobre questões relativas à administração local, nas seguintes condições:

- Quando os pedidos de parecer não são acompanhados de informação elaborada pelos serviços da administração local direta que enquadre a situação, proceda à sua análise e proponha uma solução para a questão objeto de consulta;
- E quando não se encontra disponibilizado, em suporte digital ou documental, parecer sobre a mesma questão ou temática afim àquele que é objeto de consulta/pedido de parecer a solicitar pelos Municípios.